

## A quem a reforma administrativa que está em debate na Câmara visa atender?

### REFORMA ADMINISTRATIVA



O presidente da Câmara, Hugo Motta, mandou instalar um grupo de trabalho (GT) que deve apresentar, no retorno do recesso parlamentar, uma proposta de reforma administrativa que eles correm para aprovar. Na prática, o que os debates apontaram até aqui mostram que os servidores devem estar atentos.

Meritocracia, transformação digital e avaliação de desempenho individual estão entre os pontos apresentados pelo GT, além de um modelo de estabilidade temporária que, em um período de dez anos o

servidor poderá ser demitido. As entidades que compõem a Aliança das Três Esferas alertam para o que pode, sim, representar a quebra da estabilidade no setor público.

Enquanto falam em meritocracia e gestão moderna, o que vemos é a tentativa de enfraquecer a estabilidade, desmontar a proteção ao servidor e abrir caminho para o apadrinhamento e a privatização de serviços públicos essenciais.

Não é debate técnico. É disputa de projeto de país: ou luta-

mos por um Estado capaz de enfrentar desigualdades históricas, ou aceitamos sua transformação em balcão de negócios.

É importante destacar que, segundo o relator, a questão dos “supersalários” não será tratada nos projetos, por ser considerada um “ponto delicado”. Além disso, os militares também ficarão de fora. Ou seja, o alvo da reforma são os servidores de base – no caso do Executivo Federal.

A quem o presidente da Câmara dos Deputados pretende atender com esse GT? Reforma administrativa de verdade enfrenta privilégios, valoriza os servidores de base e protege o interesse público. O que está em jogo é o futuro dos serviços que atendem a maioria do povo brasileiro.

Fonte: Condsef

## Saiba o que prevê a Lei Magnitsky, aplicada a Alexandre de Moraes

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi sancionado nesta quarta-feira (30) pelo governo Donald Trump com a Lei Magnitsky. A norma prevê sanções e punições a estrangeiros para acusados de corrupção ou graves violações dos direitos humanos. A sanção foi publicada pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Tesouro dos Estados Unidos.

A legislação, aprovada em 2012 pelo governo Barack Obama, prevê, entre outras sanções, o bloqueio de contas bancárias e bens nos Estados Unidos e a proibição de entrada no país. Neste mês, o governo norte-americano já havia anunciado a revogação do passaporte de Moraes e de outros ministros da Corte considerados “aliados” do magistrado, que relata as ações contra o ex-presidente Jair Bolsonaro.

As medidas de sanção da lei ainda compreendem a proibição de realizar transações com empresas e pessoas dos EUA, assim como a impossibilita-

de de utilizar bandeiras americanas de cartão de crédito e demais formas de pagamento relacionadas ao país. Qualquer empresa ligada aos sancionados pela legislação também enfrentam bloqueio.

A referida lei foi criada em homenagem ao advogado russo Sergei Magnitsky, morto em 2009 na prisão em Moscou, após denunciar um esquema de corrupção no país. Inicialmente, a matéria buscava apenas punir oligarcas e outras autoridades russas envolvidas com a morte do advogado.

Uma emenda em 2016, no entanto, ampliou a aplicabilidade da legislação em escala global. Além disso, as modificações na lei permitiram também punições em outros casos de corrupção e em casos de violação dos direitos humanos. As medidas, portanto, podem ser aplicadas a quem cerceia liberdades fundamentais, atua contra eleições democráticas ou promove perseguições judiciais.

Esses últimos três pontos foram

apontados por Donald Trump em sua carta aberta com anúncio de tarifas de 50% a produtos brasileiros, cuja vigência se inicia nesta sexta-feira (1º). “A maneira como o Brasil tem tratado o ex-presidente Bolsonaro, um líder altamente respeitado em todo o mundo durante seu mandato, inclusive pelos EUA, é uma vergonha internacional”, escreveu Trump. “Este julgamento não deveria estar acontecendo. É uma Caça às Bruxas que deve terminar IMEDIATAMENTE!”, escreveu.

A imposição da Lei Magnitsky contra Alexandre de Moraes e demais autoridades brasileiras ganhou tração nos Estados Unidos após as articulações do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que se licenciou do cargo em março para essa missão. O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, já havia afirmado na Câmara dos Deputados americana que a medida era “estudada”.

Fonte: Congresso em Foco



## Brasil negociará como país soberano, diz Lula ao New York Times

A dois dias das tarifas impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, entrarem em vigor, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou ao jornal americano New York Times, um dos principais dos Estados Unidos, que o Brasil negociará como país soberano e que não aceitará participar de uma Guerra Fria contra a China.

Questionado pelo jornalista Jack Nicas se não teme que as críticas abertas que têm feito ao presidente Donald Trump atrapalhem as negociações, Lula disse que não há motivo para medo, apesar de estar preocupado com o tarifaço devido aos interesses econômicos, políticos e tecnológicos do Brasil.

“Mas em nenhum momento o Brasil negociará como se fosse um país pequeno contra um país grande. O Brasil negociará como um país soberano. Na política entre dois Estados, a vontade de nenhum deve prevalecer. Precisamos sempre encontrar um meio-termo. Isso não se consegue estufando o peito e gritando sobre coisas que não se pode realizar, nem abaixando a cabeça e simplesmente dizendo ‘amém’ a tudo o que os EUA desejam”, afirmou Lula.

O presidente brasileiro disse ainda que, caso as tarifas de 50% tenham sido aplicadas por causa do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, então os consumidores brasileiros e norte-americanos vão acabar pagando

mais caro por alguns produtos.

O ex-presidente Jair Bolsonaro é acusado de liderar uma tentativa de golpe de Estado após perder as eleições de 2022. Segundo a denúncia, ele pressionou os comandantes militares para suspender o resultado do pleito. Bolsonaro nega as acusações.

Lula disse que não é possível misturar questões políticas com comerciais, como fez Trump.

“Se ele quer ter uma briga política, então vamos tratá-la como uma briga política. Se ele quer falar de comércio, vamos sentar e discutir comércio. Mas não se pode misturar tudo”, argumentou.

O presidente brasileiro justificou que não pode exigir, por exemplo, que os Estados Unidos suspendam o bloqueio econômico à Cuba para negociar alguma outra exigência comercial.

“Não posso fazer isso, por respeito aos Estados Unidos, à diplomacia e à soberania de cada nação”, completou.

### Sem diálogo

O jornalista do New York Times perguntou por que Lula não ligou para Trump para explicar a situação do julgamento de Bolsonaro. Segundo Lula, ninguém em Washington quer conversar.

Lula relatou que o governo teve 10 reuniões sobre comércio com o Departamento de Comércio americano e que, em 16 de maio, enviou uma carta pedindo uma res-

posta.

“A resposta que recebemos foi por meio do site do presidente Trump, anunciando as tarifas sobre o Brasil. Espero, portanto, que a civilidade retorne à relação Brasil-EUA. O tom da carta dele é definitivamente o de alguém que não quer conversar”, disse.

### Guerra Fria

Questionado pelo New York Times sobre o que o Brasil vai fazer se as tarifas entrarem em vigor, Lula disse que “não vai chorar o leite derramado” e que o país vai procurar quem queira comprar os produtos brasileiros. Também destacou que não aceita entrar em uma Guerra Fria contra a China.

“Temos uma relação comercial extraordinária com a China. Se os Estados Unidos e a China quiserem uma Guerra Fria, não aceitaremos. Não tenho preferência. Tenho interesse em vender para quem quiser comprar de mim, para quem pagar mais”, afirmou.

Na segunda-feira (28), a China informou que “está pronta” para trabalhar com o Brasil para defender um sistema multilateral de comércio centrado na Organização Mundial do Comércio (OMC) e com equidade e justiça. O país asiático criticou as tarifas de 50% impostas pelos EUA ao Brasil.

Fonte: CUT

1º DE AGOSTO  
DIA NACIONAL DE  
MOBILIZAÇÃO



BRASIL SOBERANO  
FIM DA ESCALA 6X1  
ISENÇÃO DE IR PARA ATÉ 5 MIL